



ENDIVIDAMENTO À BRASILEIRA: UMA ANÁLISE TEMPORAL DO ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS NA ÚLTIMA DÉCADA

Geovanna Leal Rodrigues

Universidade Estadual de Goiás

e-mail: geovannalealrodrigues87@gmail.com

Kareem De Souza Leal Costa

Universidade Estadual de Goiás

e-mail: kareem.costa@aluno.ueg.br

Jorge Henrique França De Oliveira

Universidade Estadual de Goiás

e-mail: jorgefrancadeoliveira706@gmail.com

Edilson Santos Braga

Universidade Estadual de Goiás

e-mail: edilson.braga@ueg.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8550804647991853>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5880-3100>

Resumo

O endividamento das famílias brasileira tem se consolidado como uma problemática crescente nas últimas décadas, intensificada por fatores econômicos, sociais e comportamentais. O fácil acesso ao crédito, o consumo impulsivo, a ausência de educação financeira contribui de forma significativa para esse cenário. Assim, o objetivo deste artigo foi analisar a evolução do endividamento das famílias brasileiras na última década, buscando compreender os fatores macroeconômicos e comportamentais que influenciaram nessa evolução. Por meio de uma abordagem quantitativa, o estudo caracteriza-se como exploratório e descritivo. Os dados foram coletados na base da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, considerando o lapso temporal de 10 anos (2015 a 2025). Os indicadores analisados foram o de famílias endividadas, as com contas atrasadas e as que não terão condições de pagar as dívidas. Buscou-se analisar por meio de uma série temporal a evolução da média de endividamento das famílias brasileiras. Além disso, foi realizada o teste de correlação de Pearson, entre os indicadores e a taxa Selic. Os resultados apontam que o endividamento dos brasileiros segue uma tendência crescente, acentuando-se a partir de 2020 e mantendo uma certa estabilidade a partir de 2022. Fatores como a falta de planejamento financeiro adequado e a falta de conhecimentos básicos sobre finanças pessoais, influenciam no aumento do endividamento das famílias. Conclui-se, portanto, que o enfrentamento do endividamento exige ações integradas entre governo, instituições financeiras e sociedade civil, bem como mudanças de hábitos de consumo das pessoas e educação financeira desde a educação básica.

Palavras-chave: Endividamento; Educação financeira; Finanças pessoais.

Abstract



Brazilian household debt has become a growing problem in recent decades, intensified by economic, social, and behavioral factors. Easy access to credit, impulsive consumption, and a lack of financial education contribute significantly to this scenario. Therefore, the objective of this article was to analyze the evolution of Brazilian household debt over the last decade, seeking to understand the macroeconomic and behavioral factors that influenced this evolution. Using a quantitative approach, the study is characterized as exploratory and descriptive. Data were collected from the National Confederation of Commerce of Goods, Services and Tourism (CNC) database, considering a 10-year period (2015 to 2025). The indicators analyzed were the number of indebted families, those with overdue bills, and those who will not be able to pay their debts. The study sought to analyze, through a time series, the evolution of the average indebtedness of Brazilian families. In addition, Pearson's correlation test was performed between the indicators and the Selic rate. The results indicate that Brazilian debt follows an increasing trend, becoming more pronounced from 2020 onwards and maintaining a certain stability from 2022. Factors such as a lack of adequate financial planning and a lack of basic knowledge about personal finance influence the increase in household debt. It is concluded, therefore, that tackling debt requires integrated actions between the government, financial institutions, and civil society, as well as changes in people's consumption habits and financial education from basic education onwards.

Keywords: Debt; Financial education; Personal finance.

1 INTRODUÇÃO

Não raro as discussões sobre o endividamento do brasileiro têm sido pauta em diversos debates, sobretudo quando se fala em gestão de finanças pessoais, mudanças de hábitos quanto a forma de lidar com o dinheiro e educação financeira. Essas discussões evidenciam que a falta de planejamento e a má gestão financeira de recursos pessoais, têm contribuído para o aumento do endividamento das famílias brasileiras, fenômeno que vem se intensificando nas últimas décadas.

Por endividamento, compreende uma obrigação financeira, que é extinta após o pagamento, e que se caracteriza pelo consumo antecipado (Leite Filho, 2024). Trata-se, portanto de um processo em que alguém pega recursos financeiros emprestados ou assume uma dívida e uma obrigação financeira a cumprir. Para Bortoluzzi *et al.* (2015), o endividamento é um processo em que há a utilização de capital de terceiros a fim de satisfazer a necessidade financeiras.

É importante dizer que o processo de endividamento do brasileiro tem influência direta de alguns fatores sociais, econômicos e psicológicos, por exemplo. Segundo Camargos (2022) o endividamento é impulsionado pelo consumismo e por incentivos como facilidade ao crédito. Para a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC (2024) o fácil acesso ao crédito, o consumo compulsivo e a ausência de educação financeira básica contribuem significativamente para o aumento do endividamento das famílias brasileiras. Dados dessa entidade revelam que mais de 78% das famílias brasileiras relatam possuir algum tipo de dívida.

Diante dessa realidade, este artigo propõe-se a responder como o endividamento das famílias brasileiras tem evoluído nos últimos dez anos, e que fatores econômicos e



comportamentais podem explicar as variações observadas na série temporal? O objetivo foi, portanto, analisar a evolução do endividamento das famílias brasileiras na última década, buscando compreender os fatores macroeconômicos e comportamentais que influenciaram nessa evolução.

Lançar luz sobre o endividamento das famílias brasileiras ao longo da última década, permite compreender os padrões estruturais que determinam o comportamento financeiros dessas famílias, principalmente considerando um contexto de instabilidade econômica e transformação no mercado de créditos. Ademais, sintetizar os dados dos últimos 10 anos, período marcado por mudanças econômicas, tecnológicas, regulatórias e por uma crise sanitária, o estudo traz um panorama atualizado podendo oferecer *insights* para formulação de políticas públicas, bem como pesquisas futuras para pesquisadores interessados em comportamento econômico e educação financeira.

O artigo está estruturado em seis seções, sendo a primeira esta introdução, seguida de um referencial teórico, que compõe a seção dois, na qual se traz um panorama conceitual sobre o endividamento, aspectos psicológicos que levam ao endividamento, e por fim, fala-se da educação financeira e sua importância. Na sequência, tem-se a apresentação dos métodos, seguido da apresentação dos resultados e, por fim, são listadas as referências que subsidiaram a execução deste trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.2 O ENDIVIDAMENTO DOS BRASILEIROS

Antes de aprofundar as discussões sobre o endividamento dos brasileiros, é importante diferenciar endividamento de inadimplência, visto que esses dois termos, não raros, são empregados como sinônimos. Segundo Silva *et al.* (2020) o endividamento se configura como o ato de pegar recursos financeiros emprestado para adquirir um bem; a inadimplência, por sua vez configura-se uma situação em que o indivíduo não consegue pagar um compromisso financeiro. O Serviço de Proteção ao Crédito – SPC (2024) apresenta uma definição parecida entre esses dois termos de forma que o endividamento é o ato que se comprar alguma coisa ou assumir uma dívida e a inadimplência é quando o consumidor não consegue honrar com o compromisso financeiro.

Segundo Alcoforado *et al.* (2019) o endividamento pode ser concebido como um processo de contrair ou assumir dívidas, sendo um saldo devedor oriundo do capital de terceiros. Para os autores esse é um processo inerente a vida em sociedade e vários fatores levam a essa situação, porém o endividamento não está diretamente relacionado a renda do indivíduo, mas sim como ela é administrada. Nesse contexto, a falta de conhecimento e falta de gestão das finanças pessoais e familiar, tem levado muitas famílias ao *status* de endividadas.

Para Silva (2025) o endividamento das famílias brasileiras tem apresentado crescimento constante nas últimas décadas, refletindo a expansão do crédito disponível e o aumento do consumo em geral. Esse fenômeno não apenas mostra uma maior facilidade no acesso a bens e serviços, mas também revela transformações profundas nos hábitos financeiros da população, que passaram a lidar de forma diferente com o dinheiro, muitas



vezes priorizando o consumo imediato em detrimento do planejamento financeiro (IPEA, 2014).

Dados recentes da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo CNC (2024) evidenciam que mais de 70% das famílias brasileiras possuem algum tipo de dívida, e o cartão de crédito se destaca como o principal instrumento que compromete a renda familiar, seguido pelo cheque especial e empréstimos pessoais. O que desponta um cenário ruim para a economia do país.

Rodrigues (2024) ressalta que o endividamento influencia diversos aspectos econômicos tais como o consumo, a poupança e as taxas de juros. Desta forma, para o autor, os altos níveis de endividamentos refletem diretamente em restrições na capacidade das famílias em poupar e em fazer investimentos, o que limita o crescimento econômico do país. Ademais, em relação as famílias e núcleos familiares, tem-se que:

o endividamento excessivo, caso não seja bem administrado, pode levar a sérios problemas de solvência, comprometendo a capacidade de pagamento das dívidas e resultando em inadimplência. Isso, por sua vez, gera um ciclo negativo, pois as famílias, ao não conseguirem cumprir com suas obrigações financeiras, têm seu consumo afetado no futuro, prejudicando sua estabilidade econômica a longo prazo (Rodrigues, 2024, p. 17).

É importante dizer que o endividamento das famílias brasileiras, é um problema sério no país e tem como causa diversos fatores, sobretudo os macroeconômicos (Leite Filho, 2024). Nesse contexto, o autor lista como principais fatores a taxa básica de juros da economia, inflação, taxa de desemprego ou desocupação, renda familiar, confiança do consumidor, inadimplência, câmbio e Produto Interno Bruto, custo de crédito, e oferta de crédito na economia.

Além disso, outros aspectos podem ser arrolados, como é o caso dos avanços dos produtos financeiros digitais, que, ao facilitar o acesso ao crédito, também contribuem para o aumento do endividamento (Corrêa; Coletta, 2024). Para as autoras, cartões de crédito virtuais, crediários *online* e aplicativos de empréstimos tornaram o processo de obtenção de crédito muito mais ágil e conveniente, mas, por outro lado, estimulam a cultura do consumo imediato, que se não for gerenciado, culmina em endividamento. No mesmo sentido, Leite Filho (2024) reforça que fatores como, inflação, queda na renda, a falta de educação financeira; uso inadequado das modalidades de crédito, consumismo e materialismo excessivo; falta de uma reserva de emergência; má administração das finanças, são exemplos clássicos das raízes do endividamento das famílias brasileiras.

Nesse contexto, um ponto estrutural e preocupante no Brasil é a natureza predatória de alguns produtos de crédito, especialmente a rotatividade do cartão de crédito e o cheque especial, modalidades que apresentam as maiores taxas de juros do mercado (SPC, 2025), configurando verdadeiras "armadilhas financeiras" (Banco Central do Brasil, 2024). Quando o consumidor não consegue pagar a dívida integralmente, os juros compostos entram em ação, capitalizando rapidamente o saldo devedor e transformando um problema financeiro momentâneo em uma situação de longo prazo e de difícil resolução (Serasa, 2024).

A fim de evitar esse tipo de situação, o mais recomendado é fazer uma boa gestão das finanças pessoais e ter consciência quanto ao consumo, visto que o endividamento é suscetível a qualquer classe social. Nesse sentido, Carvalho, Souza e Fuentes (2017) reforçam que o endividamento não se limita a classes econômicas e está associado



também a fenômenos socioeconômicos multicausal e com variadas interpretações. Nesse sentido os autores listam fatores como o nível educacional, alfabetização financeira, comportamento com relação a riscos e hábitos de consumo do dinheiro.

Diante do exposto, fica claro que o endividamento das famílias brasileiras é um problema sério no Brasil e requer atenção, pois no longo prazo esse problema tem sérias consequências para a economia do país. Assim, entender os aspectos relacionados ao endividamento, educação financeira, equilíbrio entre acesso ao crédito e responsabilidade, são essenciais para se resgatar e manter uma sustentabilidade econômica e financeira, garantindo que os indivíduos endividados possam usufruir do crédito, sem, contudo, cair em armadilhas financeiras de endividamento.

2.2 ASPECTOS PSICOLÓGICOS E O ENDIVIDAMENTO

O endividamento das famílias é um fenômeno multifacetado que transcende a mera análise dos números e das condições econômicas (Leite Filho, 2024). Trata-se de um processo influenciado por fatores psicológicos, sociais e culturais que impactam diretamente as decisões financeiras cotidianas. Nesse contexto, a psicologia econômica que integra conceitos da psicologia e da economia revela-se essencial para compreender por que indivíduos frequentemente adotam comportamentos que os conduzem ao endividamento (Santos, 2017). Conforme demonstrado por Ferreira *et al.* (2024) escolhas financeiras raramente são completamente racionais, visto que estão sujeitas a heurísticas e vieses cognitivos que distorcem a percepção de riscos, perdas e ganhos, fomentando gastos impulsivos e compromissos financeiros além da capacidade real de pagamento.

O consumismo impulsivo, motivado pela necessidade de satisfação imediata, e a relação emocional com o dinheiro podem gerar comportamentos descontrolados de gasto, especialmente quando o consumo funciona como compensação emocional (Santana; Araújo, 2017). Além disso, a pressão social e cultural para manter *status* e pertencimento também influencia o endividamento, intensificada pela atuação da mídia, pelo *marketing* agressivo e pelo acesso facilitado ao crédito (Bauman, 2008).

Santana e Araújo (2017) dizem que o estímulo ao consumo, se dão a partir de motivações do ambiente em que a pessoa está inserida. Nesse contexto, as diversas ferramentas de *marketing* motivam e incentivam as pessoas a consumirem, fazendo com que sintam necessidade de consumir determinado produto, ou seja, age no psicológico das pessoas, especificamente em seu subconsciente fazendo com que a pessoa tenha consciência de necessidade em adquirir o produto (Santana; Araújo; 2017; Kotler; Keller, 2012)

Bauman (2008) afirma no livro *vida para consumo*, que o indivíduo, na sociedade contemporânea, é constantemente pressionado a ser um consumidor ativo, cuja identidade é, na maioria das vezes, definida pelos bens que adquire. Para o autor, este imperativo cultural transforma o consumo de uma necessidade em um projeto existencial. Quando o acesso a esse projeto é facilitado pelo crédito abundante, mas sem lastro na renda, o endividamento passa a ser o custo de entrada para a cidadania social, gerando um ciclo vicioso de gastos para manter o status e o pertencimento, culminando na falência financeira (Universidade Católica de Pelotas, 2013).



Almeida e Andrade (2022) afirmam que o comportamento econômico do indivíduo sofre influências interpessoais e sociocultural, porém, questões relacionadas ao endividamento são em primeira instância, econômicas, de forma que indivíduos com menor renda tendem a ser mais vulneráveis ao endividamento. Todavia, para os autores, no mundo econômico real, os indivíduos se deparam com padrões de compras, de consumos e de felicidade, bem como com a facilidade de crédito, que os tornam mais propícios ao endividamento.

Desta forma, Almeida e Andrade (2022) chamam a atenção para quatro aspectos psicológicos diretamente relacionados ao processo de endividamento: compras compulsivas, comparação social, materialismo e vulnerabilidade de consumo. É importante dizer que esses aspectos são meramente descritivos e não taxativos, ou seja, existem outros. No Quadro 1 tem-se a descrição dos fatores mencionados anteriormente.

Quadro 1 – Fatores psicológicos relacionados diretamente ao processo de endividamento

Fatores	Descrição
Compras compulsivas	Comportamento de compra incontrolável e estressante que consome tempo e causa dificuldades financeiras ou sociais e acaba se tornando a resposta primária a algum tipo de sentimento desagradável. É um estado de descontrole que visa minimizar sentimentos desagradáveis e maximizar sentimentos agradáveis, agrupado em três aspectos: influências psicológicas como autoestima, percepção do status social, o segundo, envolve as influências familiares, o terceiro refere-se às influências sociológicas, relacionando a pressão dos pares, das mídias sociais
Comparação social	A comparação social é um aspecto fundamental da vida social humana. As pessoas fazem comparações sociais por diversos motivos, entretanto, ao se comparar com pessoas que possuem mais dinheiro, o indivíduo deseja possuir os mesmos objetos e sentir as mesmas emoções que suas referências, mesmo que para isso tenha que financiar o pagamento, o que pode levá-lo ao endividamento
Materialismo	é a importância atribuída aos bens materiais em alcançar os objetivos ou estados de vida. Os materialistas atribuem grande importância na aquisição de bens, e mensuram seu próprio sucesso e dos outros com base em suas posses, e acreditam que sua felicidade depende em parte dessa aquisição e do alcance desses estados de vida.
Vulnerabilidade de consumo	Trata-se de um termo que define um estado de fragilidade que surge de desequilíbrios entre interações no ambiente mercadológico ou do consumo de mensagens e produtos de marketing. Ocorre quando o controle não está nas mãos do indivíduo. Este fenômeno pode ser experienciado em situações em que consumidores não tem controle e ocorre um desequilíbrio no processo de troca os colocando em situação de desigualdade nas transações de mercado.

Fonte: adaptado de Almeida e Andrade (2022)

Além desses fatores, pode-se citar também o consumismo, que segundo Silva *et al.* (2020) é caracterizado, na sociedade atual, como o desejo socialmente expandido pela aquisição do supérfluo, do excelente, do luxuoso. Desta forma, os autores dizem que a sociedade contemporânea, vê o consumo como prestígio, felicidade, *status* social e bem-estar, levando as pessoas a comprarem mais e mais, o que pode refletir em doenças como depressão, ansiedade e transtorno bipolar, por exemplo.

Neste rol, pode-se incluir também a influência das mídias digitais, dos influenciadores e das redes sociais quanto ao aumento dos riscos e decisões financeiras impulsivas. Estudos recentes mostram que recomendações de influenciadores impactam fortemente as decisões de consumo da geração Y no Brasil (Breviário *et al.*, 2025). Nesse



contexto, não é surpresa relacionar as microtransações e compras dentro de jogos online, como as *bets* e cassinos *online*, amplamente difundidas nos últimos anos, que criam estímulos psicológicos semelhantes aos do consumo compulsivo, reforçando a ilusão de ganhos fáceis e a falsa percepção de vida financeira simples (Gordon-Petrovskaya, 2023).

Outrossim, é importante dizer que estados emocionais como ansiedade, depressão e estresse prejudicam o julgamento financeiro, levando indivíduos a decisões menos racionais e ao consumo como forma de aliviar o mal-estar (Goulart *et al.*, 2025). Por fim, diante do exposto, é de bom tom ressaltar que fatores psicológicos, combinados com a pressão da mídia, influenciadores digitais, compulsão por consumo e jogos online, têm papel relevantes na dinâmica do endividamento, influenciando desde a motivação para o consumo até a capacidade de lidar com as consequências do crédito mal administrado. Esses elementos reforçam a necessidade de estratégias de educação financeira, conscientização midiática e políticas públicas de prevenção ao superendividamento

2.3 EDUCAÇÃO E GESTÃO DAS FINANÇAS PESSOAIS NA PREVENÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

A gestão financeira, em termos gerais, refere-se ao estudo, planejamento e controle das atividades relacionadas aos recursos monetários, buscando assegurar a sustentabilidade econômica e o equilíbrio entre receitas e despesas. Nesse sentido, Gitman e Zutter (2010), dizem que uma administração financeira eficaz requer disciplina, organização e conhecimento acerca das receitas, despesas, dívidas e investimentos. No universo empresarial, algumas ferramentas auxiliam na gestão financeira, a exemplo do fluxo de caixa, que auxilia os gestores na tomada de decisão e é uma ferramenta simples e prática (Conceição, 2022).

Silva (2018) comunga dessa ideia e reitera que o fluxo de caixa, enquanto ferramenta de controle e gestão financeira tem como objetivo, realizar o controle das movimentações financeiras, sobretudo no que diz respeito às entradas e saídas de recursos financeiros de uma empresa em um dado período. Para Conceição (2022) essa ferramenta simplifica ou facilita a gestão financeira de uma empresa, pois demonstra a identificação exata de quais valores a pagar em questão das obrigações, bem como os valores a receber dos clientes.

Assim como existem ferramentas para a gestão financeira empresarial, existem também ferramentas e atitudes que podem ser adotadas quanto a gestão das finanças pessoais. Conforme Assaf Neto (2014) a gestão financeira, seja empresarial ou pessoal, envolve planejamento, análise e controle dos recursos monetários com vistas à sustentabilidade econômica. Nesse contexto, ferramentas e hábitos como controlar o orçamento mensal, constituição de uma reserva de emergência e definição de metas financeiras de curto, médio e longo prazo tornam-se fundamentais para assegurar estabilidade e segurança (XP investimentos, 2025; Sousa Filho, 2015).

Diante do exposto, observa-se que a boa gestão faz finanças pessoais, depende unicamente de hábitos simples, que infelizmente nem todas as pessoas adotam o que evidencia um problema mais sério ainda: a falta de educação financeira. Nesse contexto, Lima *et al.* (2019) diz que a gestão das finanças pessoais denota um grande desafio para a maioria das pessoas e em partes, esse desafio se dá devido a intensidade e diversidade



de tarefas do dia a dia, das pessoas. Contudo, Fachini, Stupp e Faveri (2020) dizem que desde muito cedo os indivíduos precisam tomar decisões envolvendo dinheiro e isso é um problema, dado que o conhecimento da população em relação a gestão de suas finanças pessoais está aquém da complexidade do universo financeiro.

Nas palavras de Jesus (2019, p. 75) “a educação financeira está associada à capacidade de tomar decisões coerentes que resultem em benefícios e não comprometam a qualidade de vida do indivíduo”. Ou seja, pode-se inferir que a educação financeira é um processo que envolve decisões que impactam diretamente na qualidade de vida das pessoas. Assim, se a pessoa tem um certo cuidado, um mínimo de gestão com suas finanças pessoais e adota hábitos financeiramente saudáveis, as chances de ela ter uma melhor qualidade de vida são maiores.

Uma educação financeira de qualidade é resultado de compreender os conceitos e saber planejar suas finanças de forma a idealizar melhores condições de vida no futuro, no que diz respeito aos aspectos relacionados à estabilidade e formação de patrimônio e à vitalidade psicológica das pessoas (Jesus, 2019, p. 75).

Para Lusardi e Mitchell (2014), a falta de conhecimentos básicos sobre finanças é um dos principais fatores que contribuem para o endividamento e a vulnerabilidade econômica da população. Segundo uma pesquisa realizada pelo Banco Central (2023) no tocante ao conhecimento financeiro da população do Brasil, a média ficou em 53, de uma escala que ia de 0 a 100. Sobre cálculos de juros simples, apenas 14,3% conseguiram fazer o cálculo, e sobre a inflação, a pesquisa demonstrou que 85% conhecem a inflação como o aumento generalizado do custo de vida.

A falta de conhecimento e da educação financeira na sociedade brasileira, é preocupante e justifica boa parte do cenário de endividamento. Segundo Silva *et al.* (2020) conhecimentos financeiros deveriam ser proporcionados aos indivíduos desde muito cedo, pois a educação financeira, contribui para a formação cidadã das pessoas, além de ter uma dimensão sociopolítico-pedagógico. Nesse sentido, os autores dizem que a educação financeira tem como um de seus papéis a conscientização, que aliada ao entendimento sobre administração, finanças, economia e matemática financeira, formam uma equação contributiva na gestão e controle das finanças pessoais.

Para Alcoforado *et al.* (2019) os conhecimentos e fundamentos financeiros, deveriam permear toda a vida escolar dos indivíduos, iniciando-se na educação básica, dado que lidar com finanças/dinheiro, é algo que estará presente no cotidiano das pessoas durante toda a sua vida. A crítica dos autores recai sobre o fato de que o sistema educacional do Brasil, forma analfabetos financeiros, sem preparo para enfrentar o mundo, por falta de conhecimento de como o dinheiro funciona.

A falta de uma educação financeira, além de deixar as pessoas mais suscetíveis ao endividamento, também culmina em outros problemas. Nesse sentido Kreutzer e Hupaló (2024) professam que a falta de conhecimentos financeiros desponta como um dos fatores de inadimplência, pois estudos da Serasa revelam que muitos brasileiros deixam de investir por falta de conhecimento do mercado e isso implica, por exemplo na ausência de reservas financeiras ou reservas de emergências.

Além disso, outras implicações podem ser citadas em decorrência da falta da educação financeira. A título de exemplo, Fachini, Stupp e Faveri (2020) dizem que a falta de controle financeiro por parte das pessoas, tem como uma de suas causas a



capacidade de leitura e interpretação dos números, ou seja, muitas pessoas não têm essa capacidade. Nas palavras do autor, o nível de educação financeira no Brasil é insuficiente para manter o equilíbrio das contas pessoais.

Fazendo um paralelo com o cenário internacional, observa-se que países com economias mais estáveis, como Canadá, Alemanha e Japão, apresentam níveis significativamente mais altos de educação financeira e controle orçamentário. Segundo dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2016), mais de 70% dos adultos desses países compreendem conceitos como juros, inflação e planejamento financeiro, enquanto no Brasil esse índice não ultrapassa 40%. Essa diferença está diretamente relacionada ao investimento contínuo em políticas públicas de educação financeira e à inclusão do tema nos currículos escolares desde o ensino básico (Santos *et al.* 2019).

Outro fato importante de se falar é que nesses países, é comum a presença de programas governamentais voltados para o incentivo à poupança, ao consumo consciente e à orientação sobre crédito responsável. No Brasil, embora haja avanços recentes, como as iniciativas do Banco Central (2023) e da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), as ações ainda carecem de alcance e constância.

Diante desses fatos, fica claro que uma educação financeira sólida e consistente torna-se imprescindível, pois compreender e aplicar os conceitos de gestão financeira pessoal favorece não apenas o equilíbrio orçamentário, mas também promove autonomia, reduz riscos, pode diminuir o índice de endividamento das pessoas e possibilita melhores escolhas ao longo da vida.

3 MÉTODO

Este estudo é do tipo descritivo e exploratório, que de acordo com Gil (2019), pesquisas exploratórias tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito e possibilitando sua compreensão sob diferentes perspectivas. Enquanto a pesquisa descritiva, tem como objetivo primário descrever a ocorrência dos fenômenos em si, sua frequência e suas características, a fim de facilitar a análise das relações entre as variáveis que estão sendo investigadas (Nunes, 2021).

Quanto a abordagem, adotou-se a quantitativa, cujo objetivo foi entender a dinâmica e padrões dos comportamentos do endividamento das famílias brasileiras ao longo do tempo. A investigação se deu com dados secundários, coletados na base de dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), considerando-se o recorte temporal dos últimos 10 anos, isto é, de 2015 a 2025.

Ou seja, a partir do acesso ao portal, os dados foram coletados ano a ano, visto que na base os dados não estão compilados em uma única tabela. Esta etapa ocorreu entre os dias 10 e 11 de novembro. Vencida esta etapa, os dados foram tabulados no *Excel*, sendo organizados por ano e por indicador. Na sequência, foram calculados os percentuais das médias anuais e posteriormente foi construído um gráfico de linhas, que permite visualizar a trajetória temporal sobre o endividamento das famílias brasileiras. Além disso, foi aplicado o teste de correlação de Pearson entre os três indicadores e a taxa Selic, a fim de verificar se há correlação estatisticamente significativa. Os dados referentes a



taxa Selic (Selic RFB), foram coletados no Diário Fiscal, considerando a variação mês a mês em termos percentuais.

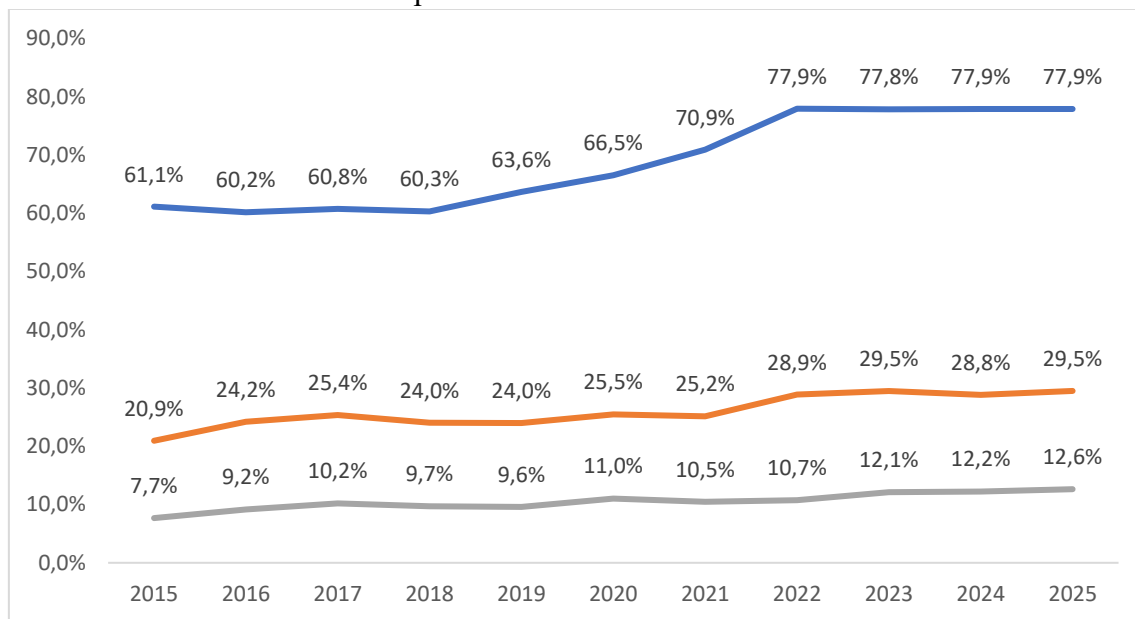
A pesquisa, como um todo, trata-se de uma análise de série temporal, que contemplou três indicadores disponibilizados pela base consultada: famílias endividadadas, famílias com contas em atraso e famílias sem condições de pagar suas dívidas. Os resultados são apresentados a seguir.

4 ANÁLISE E RESULTADOS

A análise se deu por meio de uma série temporal em que se buscou analisar a dinâmica do endividamento das famílias brasileiras, entre os anos de 2015 a 2025. É válido ressaltar que referente aos dados de 2025, as informações disponíveis na Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), são apenas de janeiro a outubro de 2025. Fato explicado pelo ano ainda está em curso.

Após a tabulação dos dados, foi gerando um gráfico (Gráfico 1) o qual representa três indicadores da situação das famílias brasileiras no recorte temporal analisado. i. endividados (linha azul); ii. Contas atrasadas (linha laranja); e iii. os que não terão condições de pagar (linha verde).

Gráfico 1 – Série temporal do endividamento das famílias brasileiras



Fonte: Confederação Nacional do Comercio de Bens, Serviços e Turismo (2025)

O Gráfico 1, ilustra os indicadores de endividamento das famílias brasileiras, de forma que quanto aos endividados (linha azul), observa-se uma certa estabilidade entre os anos de 2011 a 2015, com um percentual variando de 61,1% a 60,3. A partir de 2018, evidencia-se um aumento desse indicador, com maiores picos a partir de 2019 e em 2022, atingindo o ápice de 77,9%, e mantendo-se nessa faixa nos anos seguintes. Esse aumento de endividamento pode ser um reflexo da crise sanitária, pela qual passou o planeta.

Segundo Bezerra (2024) a pandemia de Covid-19 evidenciou a fragilidade das políticas econômicas do país, expondo a vulnerabilidade econômica das famílias brasileiras, bem como sua manutenção básica de consumo. Nesse contexto, Pereira,



Oliveria e Rodrigues (2022) reiteram no tocante ao quadro geral de endividamento das famílias brasileiras, a pandemia as impactou significativamente e mesmo com auxílio emergencial, programa do governo federal a época, os relatórios da Serasa evidenciam que 41% dos beneficiados utilizavam o dinheiro para comprar alimentos básicos. Para Neber (2023) a combinação de fatores como perda de renda e desemprego, o endividamento do brasileiro explodiu durante a pandemia.

Outra evidência que também pode ter sido agravada pela crise sanitária, diz respeito às famílias com contas em atrasos (linha laranja). Observa-se que o comportamento desse indicador ao longo do tempo é semelhante ao de famílias endividadas, embora em níveis inferiores. Chama a atenção nesse indicador o fato de que entre 2015 e 2025, ele saltou de 20,9% para 29,5%. Conforme o portal do Serviço de Proteção ao Crédito, vulgo SPC (2024) o atraso nas dívidas, bem como a acentuada inadimplência do brasileiro, pode estar associado a diversos fatores, como perda de renda, desemprego, emergência financeira, e falta de educação financeira. Conforme a Serasa (2018) os principais fatores que levam à inadimplência dos brasileiros são principalmente a diminuição da renda familiar, o desemprego, descontrole financeiro e realização de empréstimos em nome de terceiros.

O terceiro indicador que representa as famílias que dizem não ter condições de pagar suas dívidas (linha verde) apresenta uma dinâmica ascendente, o que reforça uma possível vulnerabilidade financeira do brasileiro. Além disso, esse indicador evidencia o cenário da chamada inadimplência estrutural, apontada como a situação em que as pessoas não apenas atrasam as contas, mas também perdem totalmente a capacidade de honrá-las (Kreutzer, Hupalo, 2024). Destarte, a estabilização desse indicador nos anos de 2024 e 2025, reforcem esse achado.

Além de apresentar a série temporal do endividamento das famílias brasileiras, aplicou-se também um teste de correlação dos indicadores (endividamento, contas atrasadas e sem condições de pagar) com a taxa Selic. Neste teste a observação se dá na correlação (r) variando de -1 a 1 em que $r < 0$ significa correlação inversa, ou seja, à medida que uma variável aumenta a outra tende a diminuir; se $r > 0$ significa que se uma variável aumenta a outra tende a aumentar também. O valor de (p) revela a significância da correlação, desta forma, se $p < 0,05$, há significância estatística, se $p > 0,05$, não significância estatística (Figueiredo Filho; Silva Júnior, 2009). Os resultados do teste podem ser vistos na Tabela 1.

Tabela 1 – Correlação dos indicadores de endividamento com a taxa Selic

Indicadores	Correlações	
	r	p
Endividados	r	,268**
	p	,002
Contas atrasadas	r	,286**
	p	,001
Sem condições de pagar	r	,040
	p	,652

Fonte: dados da pesquisa (2025)

Na relação dos fatores com a taxa Selic, os dados revelam uma correlação fraca, porém estatisticamente significativa, pelo menos entre dois fatores a saber. Endividados



apresentou um $r = 0,268$ e o $p = 0,002$, ou seja, apresenta uma relação fraca, porém evidencia que quando a Selic aumenta, tende a haver um leve aumento no endividamento também. Em relação a contas em atrasos, o r foi de $0,286$ e o $p = 0,001$, demonstrando que oscilações nos juros têm impacto limitado sobre o endividamento agregado no curto prazo. Por fim, a relação entre a taxa Selic e as famílias sem condições de pagar, não apresentou correlação estatisticamente significativa, pois apresentou um $r = 0,040$ e um $p = 0,652$, indicando que não há associação direta entre esses fatores.

A partir dessas evidências, pode-se dizer que a variação da taxa Selic, implica no endividamento do brasileiro, mas não é a única responsável, visto que se trata de um problema complexo e multifatorial. Conforme Alcoforado *et al.* (2019) o endividamento pode ter como causa a falta de educação financeira, falta de planejamento, crédito fácil, parcelamentos, falta de objetivos pessoais, necessidade de *status* social e consumos excessivos. Conforme Leite Filho (2024) o endividamento tanto pessoal quanto familiar é afetado por aspectos pessoais, psicológicos, comportamentais, demográficos, econômicos e sociais.

Além disso, a falta de educação financeira também impacta no endividamento das famílias brasileiras e essa evidência é reforçada pelos o Índice de Saúde Financeira do Brasileiro (I-SFB, Febraban, 2024), cujos resultados indicam que 55% dos entrevistados afirmam ter baixo entendimento sobre educação financeira; 40% dizem ter pouco e 15% afirmam ter nenhum conhecimento sobre educação financeira. A falta de conhecimento prático sobre gestão e planejamento das finanças pessoais, coloca inúmeras famílias no radar do endividamento e da inadimplência no país.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo fazer uma análise de série temporal do endividamento do brasileiro nos últimos 10 anos. Desta forma, foi possível identificar que o endividamento do brasileiro demonstra comportamento crescente ao longo da década analisada. Observou-se também que os maiores picos de endividamento se deram a partir de 2020, contexto que tinha como pano de fundo a crise sanitária causada pela Covid-19.

Foi possível entender ainda que o endividamento do brasileiro não decorre apenas de fatores econômicos, mas também de questões comportamentais, psicológicas e culturais que afetam diretamente a gestão das finanças pessoais. Desta forma, a falta de planejamento, o consumo impulsivo e o acesso facilitado ao crédito formam um cenário em que a maior parte da população compromete parte significativa de sua renda com dívidas, muitas vezes de alto custo.

Constatou-se também que uma gestão financeira pessoal eficaz, baseada em orçamento, controle de gastos, reserva de emergência e definição de metas torna-se um instrumento essencial para evitar o superendividamento e promover o equilíbrio econômico. Contudo, a ausência de educação financeira estruturada desde a infância dificulta a adoção de hábitos financeiros saudáveis, perpetuando um ciclo de vulnerabilidade econômica. No mesmo sentido, ficou claro que as decisões financeiras



são fortemente influenciadas por emoções, impulsos e pressões sociais, o que explica o comportamento irracional de consumo e o uso irresponsável do crédito.

Diante disso, o enfrentamento do endividamento exige ações integradas entre governo, instituições financeiras e sociedade civil. Desta forma, ações como implementação de educação financeira nas escolas e universidades, a regulação mais justa das taxas de juros especialmente no crédito rotativo e cheque especial, o incentivo a programas de reestruturação financeira e renegociação de dívidas, além de campanhas de conscientização sobre consumo responsável e planejamento pessoal, são imprescindíveis.

Como limitação da pesquisa, pode-se citar a análise de apenas três indicadores, sem considerar outras variáveis, como cartão de crédito, cheque especial e empréstimos. Além disso, no estudo não foram feitas correlações entre variáveis econômicas como o desemprego. Desta forma, para pesquisas futuras, sugere-se analisar outros indicadores, correlacionando-os com variáveis econômicas como a taxa de desemprego e o acesso ao crédito.

REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, C. F. *et al.* Identificando fatores que influenciam no endividamento do cadete da aeronáutica. **Revista do Seminário Internacional de Estatística com R**, v. 4, n. 1, p. 15-15, 2019.

ALMEIDA, I.; ANDRADE, V. Os fatores psicológicos envolvidos no processo de endividamento sob a perspectiva da psicologia econômica. **Cadernos de Psicologia**, v. 4, n. 7, 2022.

ASSAF NETO, A. **Finanças corporativas e valor**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Relatório de Letramento Financeiro**. Brasília: BACEN, 2023. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/letramento/relatorio-de-letramento-financeiro.pdf. Acesso em: 7 nov. 2025.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BEZERRA, M. L. **O impacto da pandemia no endividamento das famílias brasileiras**. 2024. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de São Paulo, Osasco, 2024.

BORTOLUZZI, D. A. *et al.* Aspectos do endividamento das famílias brasileiras no período de 2011-2014. **Perspectiva, Erechim**, v. 39, n. 146, p. 111-123, jun. 2015.

BREVIÁRIO, Á. G. *et al.* Influência das redes sociais nas decisões de compra. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, n. 21, p. 35, 2025.



CAMARGOS, M. A. R. **Análise do comportamento do nível de endividamento dos brasileiros**. 2022. Artigo (Bacharel em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2022.

CARVALHO, H. A.; SOUZA, F. G. P.; FUENTES, V. L. P. Representação social do endividamento individual **RPCA**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 100 -115, jan./mar. 2017.

CONCEIÇÃO, A. P. C. **A importância do uso de planejamento e controle financeiros como ferramenta para gestão de uma imobiliária: o caso da Guedes Imóveis e Assessoria Ltda**. 2022. Relatório (Bacharel em Administração) – Universidade Federal de Santa Maria, Palmeira das Missões, 2022.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. Balanço do endividamento e da inadimplência do consumidor brasileiro. **CNC**, 2024. Disponível em: https://portaldocomercio.org.br/publicacoes_posts/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-dezembro-de-2024-e-balanco-anual/. Acesso em: 20 nov. 2025.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMERCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Pesquisa CNC**, 2025. Disponível em: <https://pesquisascnc.com.br/pesquisa-peic/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

CORRÊA, B. P. S.; COLETTA, Carolina. O acesso ao crédito em bancos digitais e fintechs aumenta a probabilidade de endividamento pessoal no Brasil?. **Revista Ciências Administrativas**, v. 30, p. 1-13, 2024.

DIÁRIO FISCAL. Selic (RFB): Taxa de juros Selic para utilização em novembro de 2025. **Diário Fiscal**, 2025?. Disponível em: https://diariofiscal.com.br/selic_rfb_.html#loaded. Acesso em: 19 nov. 2025.

FACHINI, C. A.; STUPP, D. R.; FAVERI, D. B. Análise do controle financeiro pessoal e familiar nas decisões de consumo. **RAGC**, v. 8, n. 35, 2020.

Federação Brasileira de Bancos. Índice de Saúde Financeira do Brasileiro (I-SFB). **FEBRABAN**, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://meubolsoemdia.com.br/Materias/indice-saude-financeira-2024>. Acesso em: 21 nov. 2025.

FERREIRA, Í. C. *et al.* Heurísticas e vieses comportamentais dos agentes autônomos de investimentos. **Brazilian Review of Finance**, v. 22, n. 1, p. 61-80, 2024.

FIGUEIREDO FILHO, D. B.; SILVA JÚNIOR, J. Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r). **Revista política hoje**, v. 18, n. 1, p. 115-146, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.



GITMAN, L. J.; ZUTTER, C. J. **Princípios de Administração Financeira**. 14 ed. São Paulo: Pearson, 2010.

GORDON-PETROVSKAYA, E. **Conceptualising problematic in-game microtransactions and their effects through a player-centric perspective**. 2023. Tese (Doutorado em filosofia) – University of York, 2023.

GOULART, M. J. B. et al. Economia e saúde mental: o impacto da instabilidade financeira no bem-estar psicológico. **Revista CPAQV – Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida**, v.17, n. 1, 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Endividamento das famílias brasileiras. Brasília: IPEA, 2014. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com_alphacontent&ordering=4&limitstart=18380&limit=20. Acesso em: 11 out. 2025.

JESUS, L. M. N. Finanças pessoais: um estudo sobre as contribuições da educação financeira para a qualidade de vida. **Textura**, Governador Mangabeira-BA, v. 13, n. 21, p. 074-082, jan - jun, 2019.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de Marketing**. 14. ed. São Paulo: Pearson Education, 2012.

KREUTZER, J. H.; HUPALO, L. Trajetória da inadimplência no Brasil: causas e implicações entre 2019 e 2022. **Intercursos Revista Científica**, v. 23, n. 1, p. 122-147, 2024.

LEITE FILHO, G. A. Indicadores macroeconômicos e endividamento pessoal/familiar brasileiro. **Revista Economia e Políticas Públicas**, v. 12, n. 2, p. 62-86, 2024.

LIMA, R. S. *et al.* O estudo das finanças pessoais no âmbito universitário. **Pesquisa, sociedade e desenvolvimento**, v. 8, n. 2, pág. e1982656-e1982656, 2019.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. The economic importance of financial literacy: theory and evidence. **Journal of Economic Literature**, v. 52, n. 1, p. 5-44, 2014. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w18952>. Acesso em 25 set. 2025.

NEDER, V. Na pandemia, endividamento explodiu, com impacto em empregos e negócios, diz CNC. **CNN Brasil**. 19 jan. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/na-pandemia-endividamento-explodiu-com-impacto-em-empregos-e-negocios-diz-cnc/>. Acesso em: 21 nov. 2025.

NUNES, M. S. C. **Metodologia universitária em 3 tempos** [recurso eletrônico]. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2021.



ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. OECD/INFE International Survey of Adult Financial Literacy Competencies. **OECD**, 2016.

RODRIGUES, L. R. **O impacto do endividamento das pessoas no PIB brasileiro**. 2024. Monografia (Bacharel em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis 2024.

SANTANA, V. V.; ARAÚJO, G. C. Um estudo qualitativo sobre o consumo emocional: uma análise com universitários que cursam administração. *In*: Simpósio Sul-mato-grossense de Administração, 1., 2017. **Anais [...]**. Parnaíba, 2017.

SANTOS, A. C. *et al.* Finanças pessoais: um estudo com acadêmicos sob a abordagem da teoria da contabilidade mental. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 24, n. 1, p. 90-111, 2020. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/UERJ/article/view/3308/2675>. Acesso em 20 nov. 2025.

SERASA, **Conheça as 7 principais causas de inadimplência no Brasil hoje**. 10 out. 2018. Disponível em: [https://www.serasaexperian.com.br/conteudos/conheca-as-7-principais-causas-de-inadimplencia-no-brasil- hoje/#:~:text=Como%20manter%20contas%20em%20dia,nome%20de%20terceiros%20\(5%25\)](https://www.serasaexperian.com.br/conteudos/conheca-as-7-principais-causas-de-inadimplencia-no-brasil- hoje/#:~:text=Como%20manter%20contas%20em%20dia,nome%20de%20terceiros%20(5%25)). Acesso em 21 nov. 2025.

SERASA. Como diminuir juros de empréstimo. **Serasa crédito**, 15 maio, 2024. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/credito/blog/diminuir-juros-emprestimo/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. Cheque Especial: Entenda os Riscos e Como Usar com Segurança. **SPC**, 2025. Disponível em: <https://www.spcbrasil.com.br/blog/cheque-especial>. Acesso em: 20 nov. 2025.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. Inadimplência: Conceito e Estratégias para Prevenção. **SPC**, 18 mar., 2024. Disponível em: <https://www.spcbrasil.com.br/blog/inadimplencia>. Acesso em: 19 nov., 2025.

SILVA, A. C. *et al.* Qualidade de vida e endividamento. **Desafio Online**, v. 8, n. 2, 2020.

SILVA, E. C. **Como administrar o fluxo de caixa das empresas**: guia de sobrevivência empresarial. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

SILVA, E. M. **Endividamento das famílias brasileiras no período de 2013 a 2023**: uma análise socioeconômica. 2025. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Delta do Parnaíba. Parnaíba, 2025.



SOUSA FILHO, J. D. M. **Uso de ferramentas das finanças pessoais para o controle do patrimônio.** 2025. Monografia (Bacharel em Contabilidade) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2015.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS. Estudo aponta que a facilidade de financiamento pode também ser fator de exclusão social. **UCPEL**, 5 jun. 2013.

XP INVESTIMENTOS. Como definir metas financeiras de curto, médio e longo prazo. **Expert XP**, 18 set. 2025. Disponível em: <https://conteudos.xpi.com.br/aprenda-a-investir/relatorios/metas-financeiras/>. Acesso em: 17 nov. 2025.